

## **O PROCESSO DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVOS E A RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

*Maria Luiza de Almeida Campos*

Doutora em Ciência da Informação UFF/Departamento de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UFF/IBICT  
E'mail: mlcampos@nitnet.com.br

A gestão da informação arquivística necessita de processos de descrição dos diversos pontos de acesso passíveis de serem recuperados em unidades ou massas documentais. Com o advento das novas tecnologias de informação uma questão vem sendo colocada no âmbito das atividades arquivísticas, ou seja, o tratamento e a recuperação das informações de documentos/massas documentais frente às novas formas de armazenamento intelectual dos documentos. Com a implantação de bases de dados, documentos eletrônicos, o profissional arquivista se vê diante de uma problemática: não é mais possível, em muitos casos, organizar somente fisicamente as massas documentais acarretando um único acesso intelectual ao documento ou a seu conjunto, mas é necessário também “re-apresentar” esses documentos em meio informatizado através de pontos de acesso visando o tratamento de informação com fins de recuperação. Estes pontos de acesso são identificados a partir de processos que vem sendo denominados de indexação e descrição arquivística, e possuem interpretações diferentes dependendo do espaço informacional onde estes documentos estão inseridos. Neste artigo, pretende-se problematizar estes dois processos situando o “*locus*” onde estes dois conceitos são formados, ou seja, as bibliotecas e os arquivos, evidenciando princípios teóricos e metodológicos importantes relacionados ao tratamento documental, como: qualidade da análise feita; respeito à necessidade do usuário e aos fundos institucionais; coerência e uniformidade na aplicação de normas e regras para a descrição; e controle terminológico. Como a ISAD (G) defende-se a idéia que o conceito de descrição arquivística abrange todo o elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Entretanto, considera-se de suma importância

distinguir o tipo de descrição tendo em vista a tipologia documentária, sua relação com o período de vida do documento na instituição (tabela de temporalidade), e respeitando também a fase onde este documento se encontra, nos arquivos correntes, intermediários ou permanentes. A atenção a estes princípios permitirá a melhoria dos serviços prestados.

**Palavra-Chave** Descrição, Indexação, Tratamento e Recuperação de Informação; Documento de Arquivo.

## **1. O TRATAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA E DA BIBLIOTECONOMIA: A QUESTÃO DO PONTO DE ACESSO**

A discussão que nos propomos a apresentar neste evento é fruto de uma investigação que vêm sendo construída há mais de dez anos em atividades que envolvem a docência e a pesquisa com temas relacionados ao tratamento e a recuperação de informações no ambiente dos arquivos e das bibliotecas. Pretendemos problematizar dois conceitos que atualmente vêm sendo apresentado na literatura arquivística contemporânea, os conceitos de indexação e descrição arquivística, situando o “*locus*” onde estes dois conceitos são formados, ou seja, as bibliotecas e os arquivos. Para tanto abordaremos aspectos relacionados às bases teóricas e metodológicas advindas da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Com o advento das novas tecnologias de informação uma questão vem sendo colocada no âmbito das atividades arquivísticas, ou seja, o tratamento e a recuperação das informações de documentos/massas documentais frente às novas formas de armazenamento intelectual dos documentos.

Com a implantação de bases de dados, documentos eletrônicos, o profissional arquivista se vê diante de uma problemática: não é mais possível, em muitos casos, organizar somente fisicamente as massas documentais acarretando um único acesso intelectual ao documento ou a seu conjunto, mas é necessário também “re-apresentar” esses documentos em meio informatizado através de pontos de acesso visando o tratamento de informação com fins de recuperação. Tais operações incluem a descrição de dados objetivos

e intelectuais do documento, no âmbito da biblioteconomia dá-se o nome de catalogação e indexação respectivamente, no âmbito dos arquivos estas operações vêm sendo denominadas de descrição arquivística de uma forma geral.

Nos arquivos os itens de representação/recuperação mais representativos não são os assuntos. A espécie documental, os nomes de órgão de origem/destino da documentação, de pessoas citadas, datas – para citar os mais comuns – têm especial interesse na recuperação. Por isso, que quando se fala de descrição arquivista pensa-se logo em representação de aspectos objetivos.

No caso de documentos de natureza administrativa, é bom enfatizar, além de se referirem a um único tópico – o que facilita seu exame e representação – neles se emprega uma terminologia razoavelmente bem estabelecida, já que tais documentos têm valor jurídico, ou seja, estabelecem direitos e deveres. Neste sentido, a recuperação por outros pontos de acesso que não o assunto é o que efetivamente tem sido implementado, podendo a indexação ser complementar. Entretanto algumas tipologias documentais, mesmo em arquivos correntes, necessitam de uma descrição temática. (Gomes & Campos, 1998)

Por outro lado, nos arquivos permanentes os instrumentos de pesquisa, como inventários e catálogos são produtos gerados dos processos de tratamento de informações. Para a elaboração desses instrumentos os arquivistas se deparam com questões ligadas a índices impressos, ou mesmo, a campos de bases de dados, que privilegiam também a temática tratada.

Desta forma, no que diz respeito ao tratamento e a recuperação da informação são de fundamental importância pensar o documento arquivístico como uma unidade (espécie documental ou massa documental) passível de possuir vários pontos de acesso pelos quais ele pode ser solicitado pelo usuário. O documento como uma unidade material possui pontos de acesso de duas naturezas, ou seja, aspectos objetivos/físicos e aspectos subjetivos/intelectuais. Os aspectos objetivos são aqueles relacionados à autoria; data; local entre outros que não necessite de um processo de interpretação para a identificação do ponto de acesso; já o aspecto subjetivo, como o próprio nome evidencia necessita de uma análise interpretativa de seu conteúdo informativo, apresentando como ponto de acesso à temática contida no documento. Esta temática pode tratar de assunto tópico, de uma pessoa, de uma instituição ou mesmo de um local.

Como abordamos acima, estes pontos de acesso são identificados a partir de processos que vem sendo denominados de indexação e descrição arquivística, e possuem interpretações diferentes dependendo do espaço informacional onde estes documentos estão inseridos, ou seja, em bibliotecas ou arquivos.

A indexação é um conceito que surge no domínio da biblioteconomia e pode ser definido como um processo intelectual de análise de um documento e de representação dos aspectos intelectuais pelos quais ele pode ser recuperado. No âmbito da biblioteconomia a indexação abarca uma ação interpretativa, de análise e síntese enquanto a catalogação vai se deter aos aspectos físicos do documento visando à padronização das diversas possibilidades de entrada, facilitando assim a padronização e, por conseguinte, o intercâmbio de informações. Desta forma, no âmbito da biblioteconomia, historicamente, temos os conceitos de indexação, hoje denominado também de representação temática, e de catalogação, atualmente denominado de representação descritiva, para identificar processos de descrição documental visando possibilitar a recuperação do documento por vários pontos de acesso. Estes processos em arquivo se reúnem em um só conceito o de descrição arquivística.

A descrição arquivística segundo a Norma ISAD (G) (Norma Geral Internacional de descrição Arquivística) se apresenta como:

“A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu” (ISAD(G), 2000, p.4)

Na atividade arquivística diferentemente da atividade biblioteconômica o conceito de descrição arquivística abarca os processos de análise de aspectos objetivo e subjetivo do documento ou massa documental.

Entretanto, se por um lado é consenso que a descrição trata destes dois aspectos, por outro lado observa-se que na literatura arquivística o conceito de descrição vem sofrendo no decorrer do tempo alterações, ganhando nova significação no domínio da arquivologia.

Em 1974 a SAA( Society of American Archivists) define a descrição como “o processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa”(Hagen, 1998).

Este posicionamento remonta ao Manual dos Arquivistas Holandeses, onde no capítulo dedicado à descrição somente é abordada questão relativa à elaboração de instrumentos de pesquisa. (Associação..., 1973)

No Brasil, estudiosos no campo da arquivística corroboravam com esta visão, como podemos observar:

“A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos de assunto; tampouco faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários onde a frequência da utilização secundária é quase nula. Nestes depósitos, para fins de esclarecimento, informações adicionais e testemunho ainda decorrentes do uso primário, os instrumentos de busca resultam nas listas de remessa de papéis, nas tabelas de temporalidade e nos quadros gerais de constituição de fundos. O assunto, a tipificação das datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos, e a ligação entre a função e espécie, enfim os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo” (Belloto, 1991, p. 103)

Observa-se que esta posição destacava somente os procedimentos necessários para a elaboração de instrumentos de pesquisa, limitando o tratamento descritivo a esta idade. Nos arquivos correntes o tratamento se limitava então a dispor em uma dada ordem classificatória os documentos, tendo o princípio da proveniência e da ordem original<sup>1</sup> como norteadores com vistas a manter integridade dos arquivos até a fase dos arquivos permanentes.

Em 1988 a SAA apresenta uma nova definição para o processo de descrição, como:

“O processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.”( Hagen, 1998).

---

<sup>1</sup> Princípios relacionados à racionalização das atividades de recolhimento, avaliação, arranjo e descrição de documentos considerados de valor para guarda definitiva.

Verifica-se nestas duas definições a recente evolução do conceito de descrição, considera-se que isto ocorre devido ao advento das bases de dados e dos documentos eletrônico que requerem que o documento já “nasça” de forma que todos os elementos de descrição sejam também pontos de acesso. Assim, a descrição é atualmente definida não somente como um processo que permite a elaboração de instrumentos de pesquisa tradicionais, mas também, como um processo que permite o tratamento da informação do patrimônio documental de uma instituição.

Em 2002, Schellenberg em sua obra “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”(Schellenberg, 2002) propõe que se deva administrar os arquivos correntes. Já Duchein (1996) mostrou a importância do princípio da proveniência para os grandes depósitos de arquivos, os arquivos nacionais. Discute que é imprescindível saber quem produziu cada documento e evidenciou a importância das práticas de descrição e arranjo. Além disso, mostrou que o princípio da ordem original era de difícil aplicação em países de tradição administrativa latina, pois neles os arquivos correntes são classificados pela administração, sem interferência de profissionais especializados. Para ele não é obrigatório respeitar a classificação original se esta for defeituosa ou dificultosa à pesquisa. Lopes (1996) discute o caso brasileiro e concorda com o posicionamento de Duchein, afirma que no caso brasileiro e no latino-americano é difícil aceitar a ordem original dos documentos, pois os arquivos correntes são em sua maioria organizados de acordo com o senso comum e não por profissionais especializados.

Como a ISAD (G) defendemos a ideia que o conceito de descrição arquivística abrange todo o elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Entretanto, consideramos de suma importância distinguir o tipo de descrição tendo em vista a tipologia documentária, sua relação com o período de vida do documento na instituição (tabela de temporalidade), e respeitando também a fase onde este documento se encontra, nos arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

Por outro lado, no que tange as questões relacionadas com o conceito de descrição e a relação com as novas tecnologias de informação, esta última reforça a visão de uma arquivística integrada trazendo à tona a valorização do conteúdo informacional. E é sobre esta perspectiva que iremos apontar princípios teóricos para a representação e recuperação da documentação arquivística.

## **2. EM BUSCA DE PRINCÍPIOS PARA O PROCESSO DE DESCRIÇÃO: UM PERCURSO PELAS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA BIBLIOTECONOMIA**

Partimos do pressuposto que o acesso à informação contida em documentos ou massas documentais não segue apenas princípios arquivísticos relacionados à proveniência ou origem da documentação, por exemplo. Os critérios baseiam-se, também, na definição dos elementos que poderão constituir ponto de acesso, ou seja, os aspectos pelos quais os usuários poderão ir a busca de uma informação (Ribeiro, 1996). Vamos tratar de discutir nesta seção princípios relacionados ao planejamento de tratamento que valorize o conteúdo informacional da documentação arquivística.

Nossa escolha de abordagem pelo viés bibliotecômico se dá, pois as atividades de tratamento documental e sua teorização tem sido objeto de estudo nesta área desde sua origem. Como podemos observar acima, a arquivologia vem travando nos últimos tempos uma aproximação bastante investigativa com relação aos princípios que nortearão o tratamento documental, entretanto ainda se resente de aportes teóricos e metodológicos que possam sustentar este fazer.

Estando a documentação ainda no momento de gestão, um dos fatores considerados importantíssimos para a decisão quanto a um tratamento mais ou menos exaustivo diz respeito ao ciclo de vida desta documentação. Por exemplo: documentos como atas departamentais em instituições de ensino superior merecem um tratamento exaustivo, pois são documentos que já nascem como permanentes e são muitíssimos utilizados para tomada de decisões administrativas. Os documentos especiais, como mapas, vídeos entre outros merecem também um tratamento que vise consistência e qualidade, otimizando o tempo do usuário. Muito se tem falado do tratamento da documentação histórica e a produção de instrumentos de pesquisa, mas a literatura ainda se resente de estudo mais aprofundado de aspectos teóricos e metodológicos que venham auxiliar o tratamento e a recuperação de informação para atividade informacional arquivística. No âmbito da biblioteconomia, são estabelecidas diretrizes para o planejamento da representação de informação visando à recuperação. As diretrizes estabelecidas neste campo podem ser

ampliadas para o domínio da descrição arquivística, possibilitando um conjunto de princípios para “olhar” o conteúdo informacional de um documento e representá-lo por aspectos pelos quais ele poderá ser recuperado.

A descrição em arquivos, ou seja, a determinação de pontos de acessos que possibilitem a recuperação de informações contidas em documentos ou massas documentais necessita de procedimentos que permitam a descrição de aspectos objetivos e intelectuais do documento. Por aspectos objetivos, consideramos itens de informação que tratem de identificar: a origem do documento/massa documental; data; autoria; título entre outros. Por aspectos intelectuais, consideramos a temática tratada.

Historicamente estes aspectos vêm sendo tratados na Biblioteconomia a partir de estudos no âmbito da catalogação, também denominados de representação descritiva e ultimamente abordada sobre a denominação de Metadados; e da indexação, agregando também os aspectos relacionados à política de indexação.

## **2.1 A Representação Descritiva**

A representação descritiva é uma atividade bastante desenvolvida no âmbito da biblioteconomia, pois já está devidamente explorada através de códigos e padrões nacionais e internacionais relativos, entre outros aspectos, a padronização de entradas de nomes e instituições, aspectos fundamentais para o fazer arquivístico. Consideramos, que a literatura da área de Arquivologia e as próprias práticas arquivísticas, estão bastante atentas para esta questão. Podemos citar como preocupação desta natureza a própria ISAAR – Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Além disto, a própria ISAD (G) recorre as Normas ISO para descrição documentária para padronização de fontes<sup>2</sup>. Entretanto, quanto aos pontos de acessos relacionados à indexação temática esta mesma norma somente se preocupa em indicar que se deva controlar o vocabulário, mas não aborda aspectos metodológicos relativos aos procedimentos de análise e mesmo de elaboração de vocabulários controlados.

## **2.2 A Representação Temática**

---

<sup>2</sup> Cf. ISAD (G), p.3,1999.

Diferentemente da representação descritiva o processo de representação temática não pode contar com normas que apoiem a objetividade da análise do documento, esta forma de representação trata dos aspectos subjetivos do documento e está vinculada a uma forma de análise por natureza interpretativa, pois como o seu próprio nome designa – subjetivo -, ou seja, centrado no sujeito.

Como afirma Mendes e Simões ( 2002)

“... esta situação é intrínseca à própria indexação e deve-se em última análise, à multiplicidade e à diversidade dos casos que se apresentam na prática corrente, casos de forma nenhuma susceptíveis de enquadramento numa tipologia que tornaria possível estabelecer um corpo limitado de regras; sem normas bem definidas, surgem possibilidades de opção e o subjetivismo do indexador pode intervir negativamente, quando o que se pretende é disponibilizar, com objetividade, o conteúdo dos documentos, o pensamento dos autores, numa palavra, abrir caminho para que se venha a obter uma informação com qualidade.” (Mendes e Simões,2002,p.11)

Visando minimizar uma subjetividade inerente ao próprio processo, os procedimentos de representação temática devem se apoiar em diretrizes bem definidas que se configuram a partir do planejamento da indexação, determinada por uma política baseada no tripé: usuário; organização/instituição; documento.

### **3. O PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE DESCRIÇÃO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA**

Quanto à descrição e seu planejamento, muitas das questões relacionadas ao fazer bibliotecômico se aplicam à atividade arquivística. E aqui trataremos de abordar algumas delas que já tratamos em diversas publicações relacionadas ao fazer bibliotecômico e arquivísticos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Em nossas atividades de pesquisa, ensino e consultorias temos desenvolvidos diversos manuais instrucionais e de serviços em diversas instituições. Nestes manuais discutimos os aspectos teóricos e metodológicos dos processos de indexação. Em muitas dessas instituições temos desenvolvido parceria com a Prof. Hagar Espanha Gomes.

Uma política de descrição tem por objetivo estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisão, na otimização dos serviços, racionalização dos processos e consistência das operações nele encontradas. Desta forma, podemos afirmar que as instituições arquivísticas podem ser vistas como sistemas de recuperação de informação (SRI).

Ao se estabelecer uma política de descrição tem que se levar em conta, alguns fatores que são imprescindíveis ao planejamento de qualquer SRI: a) Identificação da organização à qual estará vinculado o serviço de informação; b) Identificação da clientela a que se destina o serviço; c) Recursos humanos, materiais e financeiros.

Quanto à identificação da organização que estará vinculado ao sistema, o conhecimento de seus objetivos e atividades é fundamental para a determinação do tipo de serviço a ser implantado, visto que esse conhecimento permitirá determinar as formas de descrição a usar, bem como os níveis de exaustividade e especificidade<sup>4</sup> exigida quando analisamos aspectos relacionados à temática do documento.

A finalidade principal de um serviço de informação é de fornecer aos usuários a informação na forma e momentos exigidos por ele. Desta maneira, a identificação da clientela é um pré-requisito para o planejamento de qualquer sistema.

Através do estudo de usuários, obteremos :

1. Conhecimento do alcance exigido pelo sistema quanto aos assuntos centrais e periféricos e quanto aos níveis de tratamento exigidos;
2. O núcleo de um vocabulário que refletirá os interesses do trabalho e necessidades de informação da clientela do sistema;
3. Conhecimento do tipo de resposta exigido do sistema, isto é, se é exigida maior revocação, maior precisão ou ambas ao mesmo tempo;
4. Conhecimento do nível de exaustividade exigida na descrição temática; de grau de especificidade necessária à linguagem de indexação; o nível de sofisticação desejável no sistema (número e tipo de artifícios a serem utilizadas na

---

<sup>4</sup> Pode-se definir exaustividade como a medida da extensão em que os tópicos tratados em um documento são reconhecidos e representados na indexação e especificidade é um princípio relacionado ao nível de representação documento. Ser específico significa representar o conteúdo de um dado no mesmo nível do documento.

linguagem de indexação de forma a satisfazer com mais eficiência as exigências dos usuários);

5. Conhecimento das exigências dos usuários quanto à forma de apresentação dos resultados da busca

No que diz respeito, aos recursos financeiros, materiais e humanos, a limitação quanto às despesas constitui um fator importante no planejamento de um serviço de informação.

As limitações de recursos financeiros levam o profissional de informação, no caso da política de descrição, a tomar algumas medidas de economia tais como: adaptar uma linguagem já existente ao invés de se desenvolver uma nova; se tornar necessária uma linguagem de indexação, usar, na sua elaboração, termos simples, especificidade moderada, estrutura mínima.

Um sistema deverá ser desenvolvido com um grau de sofisticação que seja necessário ao atendimento das exigências do usuário. O uso de mecanismos para aumentar a revocação ou a precisão aumentará, conseqüentemente, o custo do sistema.

O nível de exaustividade na descrição é também um fator de aumento de custo. Para a descrição dos documentos deve ser estabelecido um nível ótimo de exaustividade.

O nível de especificidade deverá ser mantido de acordo com as exigências feitas ao sistema. Será anti-econômico usar vocabulário muito específico quando o tipo de documentos e as solicitações feitas ao sistema são mais gerais.

A disponibilidade de equipamentos influenciará o tipo de organização do sistema bem como a escolha da linguagem de indexação.

A existência de recursos humanos adequados é outro fator a ser considerado. Quando há carência de pessoal deve-se optar por um sistema que exija uma manutenção mínima e um menor esforço na indexação, é necessário utilizar ao máximo os benefícios de uma indexação automática associado à indexação atributiva.

Existem, também, casos onde os recursos humanos disponíveis são renovados de período a período (estagiários, contratados, etc.). Desta forma, é imprescindível se garantir uma política bastante explícita, através de manuais e de critérios bem definidos para garantir a qualidade das informações prestadas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão da informação arquivística necessita de processos de descrição. Atualmente, não é mais possível a opção por um único ponto de acesso, que na maioria das vezes foi aquele utilizado para guarda dos documentos. Esta necessidade de descrição pelos diversos pontos de acesso ocorre em qualquer idade da documentação, devido à pelo menos um fator - a automatização dos processos de organização da documentação arquivística.

Produtos seminais da atividade de organização de documentos em arquivos como, por exemplo, os inventários já se encontram em forma eletrônica, quando isto ocorre os pontos de acesso viram metadados do sistema e os índices se apresentam sob as diversas formas de busca da informação, agora não mais como lista, mas como possibilidades de busca em meio on-line. Campos como as ementas nos inventários analíticos devem atualmente ser implementado de forma a se ter certo cuidado com a terminologia utilizada, pois também podem ser apresentados como campos de recuperação e não somente de leitura, como era considerado quando os inventários eram somente impressos. Desta forma, princípios importantes relacionados ao tratamento documental, como: qualidade da análise feita; respeito à necessidade do usuário e aos fundos institucionais; coerência e uniformidade na aplicação de normas e regras para a descrição; controle terminológico deve ser respeitado visando à melhoria dos serviços prestados.

Por todos os aspectos apresentados consideramos de fundamental importância à aproximação entre os profissionais que lidam com a informação documentária. Esta aproximação deve se apresentar sob diversas perspectivas, ou seja, empírica, teórica, metodológica e argumentativa

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTO, Heloísa. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: TA. Queiroz, 1991.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, p. 14-33, abr. 1982/ago.1996.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

GOMES, Hagar E. & CAMPOS, Maria Luiza de A. Especificidades do ensino de tratamento da informação. In: *Estudos & Pesquisas*. Niterói, EDUFF, 1998. p. 39-61.

HAGEN, Acácia M. M. *Algumas considerações a partir de padronização da descrição arquivística*. Ci. Inf., vol. 27, n. 3, Brasília, 1998.

ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pela Comissão *ad hoc* de Normas de descrição. Estocolmo, Suécia, 21-23 de janeiro de 1992, versão final aprovada pelo CIA. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1998.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: Teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF, 1996.

MENDES, Maria Tereza Pinto & SIMÕES, Maria da Graça. *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. 2. ed. Lisboa: gabinete de estudos a&b, 2002.

NEVES, Michelle Monteiro. *Delineando o valor do sistema de informação de uma organização*. Ci. Inf., vol. 25, n. 1, Brasília, 1995.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

RIBEIRO, Fernanda. *A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo a posterior?* Leituras Revista Bibli. Nac. Lisboa, vol. 3, n. 2, 1998.

SHELLEMBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SHELLEMBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.

SILVA, Maria dos Remédios & FUGITA, Mariângela S. 1. *A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas*. Transinformação, v. 16, n. 2, p. 133-161. Campinas, 2004.